

O Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica – Pró-Documento: arquivos privados e o direito à memória (1984-1988)

MOLINA, Talita dos Santos
Doutoranda PUC-SP
Bolsista Cnpq
talitadsm@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo pretende fazer uma apresentação do Programa *Pró-Documento*, criado no ano de 1984 pela extinta Fundação Nacional Pró-Memória – FNPM, funcionando até meados de 1988. Seu principal objetivo estava em criar políticas públicas relativas à preservação e organização dos arquivos privados no país. Desse modo, pretende-se expor neste texto quais eram as propostas e ações do Pró-Documento relativo aos arquivos privados relacionando-os com a questão do direito à memória. A proposta aqui está em analisar a ação do Estado enquanto formulador e gestor de políticas públicas voltadas para instituir ou desconstruir memórias.

Palavras-chave: SPHAN/FNPM. Pró-Documento. Arquivos Privados. Direito à memória.

Abstract: This article aims to analyze the Pro-Document Program, created in 1984 by the now defunct National Pro-Memory Foundation - FNPM, running until mid 1988. Its main objective was to create public policies related to the preservation and organization of private files on country. Thus, we intend to expose this text which were the proposals and Pro-Document actions relating to private archives relating them to the issue of the right to memory. The proposal here is to analyze the action of the state as formulator and manager of public policies to institute or deconstructing memories.

Key-words: SPHAN / FNPM. Pro-Document. Private files. Right to memory.

A questão da preservação, organização e difusão dos arquivos privados é uma problemática recorrente nas discussões sobre a importância do patrimônio documental do país. No entanto, vistos como instrumento de informação, conhecimento e patrimônio cultural, só muito recentemente os arquivos privados têm conquistado merecida atenção seja por parte dos governos, quando da formulação de políticas públicas de preservação documental, seja no debate da sociedade civil em suas reivindicações pelo direito à memória. Aliás, saliente-se que os estudos da área indicam que até muito recentemente o que prevaleceu foi à marginalização do patrimônio documental, principalmente se comparado ao valor atribuído aos bens edificados, na definição de políticas e nas ações dos órgãos que tratam da preservação do patrimônio histórico e cultural do país.

No entanto, em nossos estudos, ao depararmos, na RPHAN com uma mesa-redonda sobre Arquivos, tomamos conhecimento de um programa criado pela extinta FNPM com o intuito de promover políticas públicas relativas aos arquivos privados. Programa esse que, na década de 1980, podemos considerá-lo inovador e que procurava seguir os ideais iniciados por Aloísio Magalhães quando cria a CNRC.

De acordo com Jean Bastardis, o programa é criado num período em que começa a ocorrer um impulso nos estudos sobre a história recente do Brasil que resultaram na propagação de pesquisas nos arquivos públicos e privados do país.

“A demanda por informação histórica trouxe à tona uma realidade de abandono e vazio organizacional em relação aos acervos que poderiam impulsionar o conhecimento da história do Brasil” (BASTARDIS, 2012), revelando à necessidade de uma dedicação a questão da preservação e acesso ao patrimônio documental no país.

Este aumento de pesquisas, por um lado, e a lenta abertura democrática de um governo ditatorial iniciado por meio de mandato do general João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), por outro, acabaram por propiciar também a criação de diversos Centros de Documentação e Pesquisa pelas universidades com o objetivo de cuidar de arquivos privados, e não dos arquivos públicos – que devem e são tratados e organizados pelos Estados e Municípios. Dentre os Centros organizados nesse período que se preocuparam, principalmente, com os arquivos privados, temos: o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, o Centro de Documentação e Memória da UNESP – CEDEM, no CEDIC – PUC-SP, o Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP, Centro de Pesquisa

Vergueiro – CPV, Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina – UEL, e muitos outros. Em todos esses casos, de acordo com Knauss, os centros de documentação universitários ou, de alguma forma, centros ligados à universidade têm um papel decisivo na proteção do patrimônio documental local e regional e, também, no direito à informação e à memória que todo cidadão brasileiro deveria ter.

No artigo de Camargo, que discorre sobre os Centros de Documentação ligados à universidade e à pesquisa acadêmica, coloca como principal exemplo o CPDOC. Para a autora, a documentação deve ser considerada relevante para a memória nacional e para a memória local, que significa preservar o patrimônio histórico e cultural brasileiro. Assim, os Centros de Documentação foram essenciais para a preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Brasil, no caso, o patrimônio documental. Em seu estudo, Camargo indica o pioneirismo do CPDOC neste campo sem deixar de discutir a criação e a natureza da documentação existente nos demais centros de documentação como uma contribuição para a preservação arquivística.

Por sua vez, o *Pró-Documento*¹, criado nessa conjuntura, constitui o movimento mais articulado em termos de ação de políticas públicas no que diz respeito à preservação documental. Como indicado anteriormente, o programa *Pró-Documento* foi criado no ano de 1984 pela extinta Fundação Nacional Pró-Memória – FNPM e funcionou até meados de 1988. Os principais objetivos do *Pró-Documento* eram “identificar e avaliar acervos privados de interesse histórico como de valor excepcional; identificar e cadastrar os acervos documentais privados; elaborar e divulgar instrumentos básicos de pesquisa em arquivo; prestar assessoria técnica às atividades de organização e conservação de acervos permanentes²; incentivar a formação e o treinamento de profissionais em arquivística; influir junto às instituições detentoras de acervos documentais privados de interesse histórico no sentido de

¹ No período de existência do *Pró-Documento* (1984-1988), o órgão federal de preservação na época chamava-se SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), sendo, posteriormente, integrado a FNPM (Fundação Nacional Pró-Memória), tornando-se SPHAN/FNPM, em 1979. A extinção da Secretaria e da Fundação ocorre em 1990 e, no lugar, é criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC. FONSECA, Maria C.L. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc-IPHAN, 1997, pg. 283.

² Como indica Knauss, o arquivo permanente seria um conjunto de documentos que transforma a memória da ação produzida e consumada, ou seja, “ele passa a ser registro do passado e se afirma como patrimônio cultural”. KNAUSS, Paulo. “Usos do passado, arquivos e universidade”. In: *Cadernos de Pesquisa CDHIS*, nº 40, ano 22, 1º sem. 2009, UFU – Universidade Federal de Uberlândia, pg. 10.

torná-los acessíveis ao público em geral, entre outros” (RPHAN, 1986, pg. 45). Assim, este programa tem como intuito preservar documentos provenientes de instituições da sociedade civil que consideravam de valor histórico para a identidade cultural e a preservação da memória de uma nação.

O contato com as leituras teóricas sobre as questões da preservação e patrimonialização dos arquivos privados em nosso país ao longo dos meus estudos, têm revelado discussões extremamente interessantes entre as instituições de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural e histórico e as instituições arquivísticas. Este foi o caso, por exemplo, das questões abordadas em diversos artigos da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - RPHAN*, em sua edição que transcreveu a Mesa-Redonda *Acervos Arquivísticos*.

Os estudos realizados nos fizeram reconhecer que o tema dos arquivos privados têm se expandido, porém, as políticas públicas para sua preservação se mostraram (ou ainda se mostram) embrionárias, pouco articuladas e difundidas. Em nossa pesquisa sentimos a quase inexistência de um diálogo sistemático entre as diversas instituições de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural e as instituições arquivísticas. Muitos profissionais da área da arquivologia desconhecem este programa que foi promovido pela Fundação Nacional Pró Memória – FNPM e, do mesmo modo, profissionais da área de preservação do patrimônio cultural pouco conhecem as ações promovidas pelas instituições arquivísticas³.

Desse modo, nossas pesquisas têm indicado que o *Pró-Documento*⁴ constituiu como movimento bem articulado em termos de ação de políticas públicas no que diz respeito à preservação documental.

No acervo do Arquivo Central do IPHAN/RJ, os documentos referentes ao Pró-Documento indicam que, no período em que o programa existiu, a equipe

³ Prova disso está no processo de declaração de interesse público e social da *Companhia Antártica Paulista* e da *Companhia de Cervejaria Brahma* (2006) pedido ao CONARQ pela Renata de Faria Pereira – arquiteta responsável por projetos e pesquisas relacionados a acervos documentais de empresa. Na análise notamos que a solicitante, mesmo trabalhando com restauração de arquivos, fez o pedido, primeiramente, de tombamento ao IPHAN e, com a negativa, solicitou ao CONARQ, no qual foi aprovado. MOLINA, Talita dos S. *Arquivos Privados e Interesse Público: Caminhos da Patrimonialização Documental*. São Paulo: PUC, 2013. Programa de Pós Graduação em História Social, dissertação de mestrado, pg. 97.

⁴ No período de existência do *Pró-Documento* (1984-1988), o órgão federal de preservação na época chamava-se SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), sendo, posteriormente, integrado a FNPM (Fundação Nacional Pró-Memória), tornando-se SPHAN/FNPM, em 1979. A extinção da Secretaria e da Fundação ocorre em 1990 e, no lugar, é criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC. FONSECA, 2005, pg. 283.

técnica procurou trabalhar em diversos projetos. Encontramos, na documentação, 67 projetos, os quais estão listados a seguir:

Alguns desses projetos não saíram do papel na realidade, porém, não podemos deixar de notar que houve tentativas, por parte da equipe técnica, de promover projetos que visavam à organização e preservação da salvaguarda do patrimônio documental.

Saliente-se também que temos um programa que, para a época, é pioneiro no quesito preservação de arquivos privados.

Em suma, esta comunicação pretende apresentar a importância do Pró-Documento como uma ação de política pública do governo federal como preservação do patrimônio documental.

Tabela 1 – Lista de projetos citados no acervo do Pró-Documento, 2012.

Qtd.	NOME DO PROJETO
1	Acervo da Light
2	Documentação cartorária do Rio de Janeiro
3	Acervos Presidenciais do Museu da República
4	Acervo do IBGE
5	Acervo do Solar do Cosme Velho
6	Modernização e reorganização do acervo arquivístico da SPHAN/ FNPM
7	Implantação do Núcleo de Memória Histórica e Cultural da PUC
8	Projeto de desinfestação de acervos
9	Organização do arquivo da Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula
10	Videoteca da FEA-UFRJ
11	Núcleo de Pesquisa de trabalhadores industriais
12	Centro de documentação para estudos regionais – UFMS
13	Biblioteca Central da Unb
14	Organização do Acervo do Superior Tribunal Militar – STM
15	Memória Sindical
16	Projeto FEB: Memória Oral da FEB
17	Arquivo da Irmandade da Santa Cruz dos Militares
18	Microfilmagem de acervo documental da Usina Cupim
19	Organização de acervo do Instituto Nacional de Previdência Social – INPS
20	Memória da constituinte
21	Organização do acervo pessoal dos presidentes: José Sarney
22	Organização do acervo pessoal dos presidentes: Tancredo Neves
23	Centro de Referência de acervos privados dos presidentes
24	Memória do Trabalho
25	Projeto Memória de Quissamã
26	Projeto Memória do Paço
27	Oscar Nyemeyer

Tabela 1 – Lista de projetos citados no acervo do Pró-Documento, 2012 (cont.).

28	Instituto Nacional de Artes Cênicas
29	Centro de Documentação do Brejo da Paraíba e do município de Guarabira
30	AspM
31	Projeto Memória do Trabalho Industrial no Rio de Janeiro
32	Transferência do acervo documental da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro
33	Preservação do acervo documental da ABERJ
34	Preservação do acervo documental da DIEESE
35	Preservação do acervo documental do Arquivo da Escola Técnica Federal de Campos
36	Preservação do acervo da Casa de Alberto Torres
37	Implantação do centro de documentação Teatral de Recife
38	Institutos dos Advogados do Brasil
39	Instituto dos Arquitetos do Brasil
40	Instituto Histórico e Geográfico de Vitória de Santo Antão-PE
41	Memória da plantação canavieira
42	Documentação de Juscelino Kubitscheck
43	Negativos “Pacheco Leão”
44	Centro Alceu Amoroso Lima
45	Arquivo Histórico de Joinville
46	Associação dos Bancos do Rio de Janeiro
47	Mosteiro São Bento de Olinda
48	Museu Bi Moreira
49	Orquestra Ribeiro Bastos
50	Museu Vila Lobos
51	Prefeitura Municipal de Chapecó
52	Acervo fotográfico de Thereza Cristina Pires
53	Museu Histórico do Exército
54	Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel
55	Curia Metropolitana de Cuiabá
56	Casa de Oswaldo Cruz
57	Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife
58	Biblioteca do Museu Nacional
59	Centro Brasileiro de Literatura (Fundação Casa de Rui Barbosa)
60	Centro de Memória da Administração Pública Brasileira
61	Biblioteca Noronha Santos
62	Biblioteca Hélio Galvão
63	Instituto Nacional do Livro e Fundação Nacional Pró-Leitura
64	Projeto Tempo Glauber
65	Acervo Fotográfico SPHAN/FNPM
66	Sindicato dos Advogados do RJ
67	Centro de Memória das Telecomunicações

Fonte: Acervo do Pró-Documento.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

BASTARDIS, Jean. **O Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica e seu significado para a preservação de arquivos no IPHAN**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2012. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural, Rio de Janeiro, 2012.

BELLOTTO, Heloísa. “A função social dos arquivos e o patrimônio documental”. In: PINHEIRO, Áurea da Paz; PELEGRINI, Sandra (orgs.). **Tempo, Memória e Patrimônio Cultural**. Piauí: EDUFPI, 2010.

BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

CAMARGO, Célia Reis. Centro de Documentação e Pesquisa Histórica: uma trajetória de décadas. In: _____. **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 21-44.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural**: O direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n. 21, 1998.

FENELON, Déa. Políticas Culturais e Patrimônio Histórico. In: _____. **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992, p. 29-33.

FONSECA, Maria. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 2005.

KNAUSS, Paulo. Usos do passado, arquivos e universidade. **Cadernos de Pesquisa CDHIS**, Minas Gerais, n. 40, ano 22, p. 9 – 16, 1º sem. 2009.

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (RPHAN). (Mesa – Redonda realizada em 27 de outubro de 1986, na sede da Fundação Nacional Pró-Memória, no Rio de Janeiro). Edição em comemoração ao cinquentenário do SPHAN. Mesa – Redonda: Acervos Arquivísticos, Rio de Janeiro, n. 22, 1987, p. 171-192.

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (RPHAN). Tema 1: Por uma política brasileira de arquivos. Rio de Janeiro, n. 21, p. 26-47, 1986.

SALLES, Paula Ribeiro. **Documentação e comunicação popular**: a experiência do CPV - Centro de Pastoral Vergueiro (São Paulo/SP, 1973-1989). São Paulo: PUC-SP, 2013. Dissertação (mestrado em História Social. Pontifca Universidade Católica, São Paulo, 2013.

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória:** patrimônio histórico e cidadania. São Paulo, 1992.